

“Para descolonizar mentes e corações”

A museologia compartilhada em museus com povos indígenas

“To decolonize minds and hearts”: shared museology between museums and indigenous peoples

Recebido em: 30/10/2024

Aprovado em: 19/05/2025

Adriana Russi

[Sobre a autora >>](#)

RESUMO

O artigo propõe discutir a museologia compartilhada entre museus tradicionais com acervos etnográficos e povos indígenas no Brasil com base em alguns casos. Apresenta dados sobre as seguintes instituições: Museu Paraense Emílio Goeldi, Museu Histórico Pedagógico Índia Vanuíre, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás e Museu do Estado de Pernambuco, destacando fragmentos de entrevistas com seus pesquisadores. Reflete sobre processos colaborativos, especificamente a respeito de avanços e desafios da decolonização em museus com acervos etnográficos. Apesar de iniciativas bem-sucedidas, identifica que tal tema ainda enfrenta obstáculos que dificultam a agência indígena nesse processo. Ao final, inspirado nos depoimentos, propõe dez pontos para a reflexão e problematização do trabalho dialogado com povos indígenas em museus, que supõe respeito mútuo, participação ativa indígena e relações de confiança.

Palavras-chave: Decolonizar; museu; povos indígenas; museologia compartilhada; Brasil.

ABSTRACT

This article discusses the shared museology between traditional museums with ethnographic collections and indigenous peoples in Brazil, based on a few cases. It presents data on the following institutions: Museu Paraense Emílio Goeldi, Museu Histórico Pedagógico Índia Vanuíre, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás, and Museu do Estado de Pernambuco, highlighting fragments of interviews with their researchers. It reflects on collaborative processes, specifically regarding advances and challenges of decolonization in museums with ethnographic collections. Despite successful initiatives, it identifies that this topic still faces obstacles that hinder indigenous agency in this process. In the end, inspired by the testimonies, it proposes ten points for reflection and problematization of the dialogued work with indigenous peoples in museums, which presupposes mutual respect, active indigenous participation, and relationships of trust.

Keywords: Decolonize; museum; indigenous peoples; shared museology; Brazil.



Introdução

*Para descolonizar mentes e corações.*¹

Fernanda Kaingang (Rodrigues, 2024)

A epígrafe acima, que também intitula este artigo, é simultaneamente uma proposição e um estímulo. Extraída da entrevista de Fernanda Kaingang, atual diretora do Museu Nacional dos Povos Indígenas, nos motiva a pensar o lugar do(a) pesquisador(a) não indígena no intrincado jogo dos patrimônios indígenas musealizados. Ela nos provoca a abraçar a imperiosa tarefa de rever o que pensamos, sentimos e fazemos sobre museus, coleções e povos indígenas, ou seja, convoca-nos a descolonizar nossas mentes e nossos corações.

A museologia compartilhada ou colaborativa, como venho denominando a prática dialogada, respeitosa e contínua dos museus e seus(suas) profissionais e/ou pesquisadores(as) não indígenas com povos indígenas é princípio de ação (Russi; Regina, 2019). Enquadra-se, de alguma forma, no que Marília X. Cury denominou modelo pentadimensional/hipertextual, em que os públicos – nesse caso, povos indígenas que tiveram seus patrimônios coletados e musealizados – assumem participações únicas “abrindo possibilidades de enunciatário e enunciador” (Cury, 2014, p. 62).

Ancorados em princípios éticos e na dialogia, processos participativos com indígenas – que historicamente tiveram seus direitos negados – só fazem sentido se considerarem e respeitarem os(as) incluídos(as), sendo deles(as) a decisão de participar ou não desses processos. Em entrevista concedida à Agência Brasil, Fernanda Kaingang afirma que:

¹ Descolonizar e decolonizar: embora sejam termos empregados como sinônimos, alguns autores estabelecem distinções. Descolonizar se refere ao processo histórico de independência de países colonizados. Decolonizar, por sua vez, refere-se ao movimento de transcender o poder colonial nas mais diversas formas, ou seja, suplantando o pensamento colonial que tem relação com poder, saber e ser e atravessa o pensamento e as práticas culturais, não se restringindo apenas à economia e à geopolítica. Sobre isso, ver: Ballestrini, 2013.

Há muitas pessoas que dizem que os povos indígenas foram invisibilizados. Esse termo não me agrada, porque permite que se alegue desconhecimento. Mas, na verdade, houve dolo. Não é invisibilidade. É negação. Negação de direitos.

Processos efetivamente participativos, como a museologia compartilhada ou colaborativa com povos indígenas, são identificados como práticas decoloniais, dando sequência a uma série de revisões de conceitos, procedimentos, princípios e ética que afetaram o campo museal desde os anos de 1960 e 1970. Exemplos dessas revisões vão desde os ecomuseus de Marcel Évrard, Hugues de Varine e outros (Brulon, 2015), surgidos na França nos anos de 1970; passando por conceitos como o dos *antimuseus*, de Maria Bolaños (2002); do *museu integral*, formulado em 1972 pela Mesa-Redonda de Santiago do Chile; dos *museus comunitários* de Mario Vazquez (Mendez-Lugo, 2022), no âmbito do programa A Casa del Museo, nos anos de 1970 no México; do Movimento da Nova Museologia (MINOM) nos anos de 1980; enfim, muitas têm sido as formulações teórico-práticas para que processos museais cumpram a função social dos museus, incluindo a sociedade nesse processo.

Assim, chegamos à contemporaneidade com uma multiplicidade de práticas participativas. Paralelamente, acompanhamos a recente revisão do conceito de *museu* pelo International Council of Museums (ICOM)² e a atualização de seu código de ética, agora em curso.

Na vanguarda dos debates sobre os povos indígenas e coleções etnográficas no Brasil, ainda nos anos de 1950, Darcy Ribeiro vislumbrava o museu como lugar privilegiado para o combate ao preconceito. Fruto de sua concepção, surgiu em 1953, na cidade do Rio de Janeiro, o Museu do Índio. Considerado o primeiro museu do mundo desse gênero, tem como objetivo difundir a diversidade e a exube-

² Aprovado em 2022, na Conferência Geral do ICOM, em Praga, a nova definição diz que: "Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e a serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos". Disponível em: https://www.icom.org.br/?page_id=2776. Acesso em: 14 out. 2024.

rância das culturas indígenas no país. Renomeado recentemente como Museu Nacional dos Povos Indígenas, e pela primeira vez sob a direção de uma liderança indígena, o museu passa por uma reestruturação para implementar um conselho constituído por indígenas de todos os biomas brasileiros. Como reforço às múltiplas formas de participação dos indígenas, esse espaço científico cultural da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) tenta se tornar uma instituição que fala em primeira pessoa – nós, os indígenas.

A participação indígena em museus tradicionais³ tem sido foco de debates em diferentes localidades. No Brasil, por exemplo, ensejou encontros para refletir sobre a decolonização dos processos museais, como o seminário no âmbito do 18º Congresso Mundial da Internacional Union of Anthropological and Ethnological Sciences (IUAES), em 2018, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que, por sua vez, culminou em publicações (duas delas são: Cândido, 2021 e Porto; Lima Filho, 2019).

No âmbito internacional, comitês do ICOM promovem reflexões sobre o tema. Na introdução para a série de publicações do ICOM/ICOFOM/ICOM, Bruno Brulon Soares (2020, p. 9) afirma:

Alguma coisa transborda os museus e distende a experiência museal em sua dimensão social no presente. De certo modo, o museu conhecido e herdado da Modernidade europeia já não é o mesmo e nem representa os mesmos sujeitos. Nas últimas duas décadas, enquanto o século XXI rearticulou os regimes patrimoniais de acordo com as demandas sociais de grupos subalternizados, a experiência museal deixou de ser definida exclusivamente pelos termos de especialistas ou pelos enunciados hegemônicos dos Estados nacionais. Mostrando-se como o resultado de negociações que envolvem os usos políticos do patrimônio, o dispositivo museu tem sido apropriado por esses grupos que o disputam como uma arena potente para a representação utópica de suas identidades, em que são performadas as heranças de um passado que é reconfigurado no presente.

³ Resumidamente, museus clássicos ou tradicionais, como os chamamos no Brasil, aqui se referem a museus cuja relação está alicerçada na tríade: homem-museu-objeto, numa abordagem que remete àquela do século XIX, com passividade e distanciamento do público em relação à comunicação museológica. Como explica Cury, uma outra abordagem é aquela que a autora denominou museus emergentes, cuja tríade relacional e comunicacional seria: sociedade-território-patrimônio. Em sua análise, a autora trata da proximidade e/ou participação do público no fenômeno museu, com menor ou maior participação.

O autor trata das origens dos museus criados na América Latina, cujas marcas persistem ainda hoje. Embora esses museus tenham surgido com características e particularidades próprias, nasceram espelhados em modelos da Europa setecentista. Suas narrativas e imagem museística remetem, em alguma medida, aos museus europeus, conformados pela colonialidade do poder que atravessa saberes, crenças, formas de sentir e de pensar. Rita Segato (apud Mignolo, 2024, p. 8) reforça isso ao afirmar que:

El museo, como institución europea creada en Europa Occidental en el siglo XVII como tal es una institución eurocêntrica. La institución no es sólo espacio físico y de objetos que colecciona y organiza, sino que es también un conjunto de narrativas que proyectan la imagen de lo que el museo es.

Nos anos de 1990, teorias sobre modernidade/colonialidade e decolonialidade ganharam lugar no chamado Sul Global, confrontando e problematizando práticas, éticas, saberes e fazeres atravessados pelo poder colonial, afetando diversas áreas do saber científico como as ciências sociais, a museologia, entre outras. Desde então, profissionais da antropologia e da museologia no Brasil e alhures se viram impactados por essas questões, ampliadas e/ou pressionadas pelos movimentos sociais negros, indígenas, feministas etc. No caso dos museus com acervos indígenas, vários autores defendem a importância da participação indígena nesses espaços, reforçando o necessário protagonismo desses sujeitos na preservação e interpretação de suas culturas.

O antropólogo e historiador estadunidense James Clifford (2016), em seu seminal trabalho sobre a experiência etnográfica e a complexidade da relação entre antropólogos e as culturas que estudam, destaca que essa participação é fundamental. Sem desconsiderar as disputas, os embates e os conflitos na interlocução entre museus e povos indígenas, Clifford advoga que o museu é “zona de contato”, enfatizando a necessidade de diálogo e de uma postura crítica em relação à representação do “outro”.

Em entrevista à pesquisa que ora trato neste artigo, a museóloga, antropóloga e pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Lucia Hussak Van Velthem, critica a abordagem tradicio-

nal da museologia e defende uma prática participativa e engajada socialmente junto aos povos indígenas. Seus textos (destacamos as seguintes publicações: Velthem, 2012; Velthem; Benchimol, 2018; e Velthem; Kukawka; Joanny, 2017) embasam reflexões sobre a apropriação dos museus por parte das comunidades indígenas, focando especialmente no diálogo intercultural e no tratamento ético de coleções etnográficas.

Marília Xavier Cury (destacamos apenas algumas de suas recentes publicações: 2021, 2022a, 2023), museóloga, pesquisadora e professora no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), em algumas de suas análises, foca nos processos comunicacionais e na decolonização dos museus. Para ela, é imprescindível uma museologia engajada e comprometida com os povos indígenas. Suas práticas e reflexões têm contribuído para o debate sobre processos colaborativos com os povos indígenas no Brasil. Defensora de uma museologia mais aberta ao “outro”, aposta no trabalho em conjunto e participativo, como afirmou em recente entrevista (Cury; Noronha; Martins, 2024).

O antropólogo Renato Amram Athias (2015, 2024), professor e pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e membro do conselho do Museu do Estado de Pernambuco (MEPE), destaca como necessário o engajamento crítico e as perspectivas indígenas nas práticas museológicas. Em alguns projetos, enfatiza experiências de acessibilidade/ acesso aos acervos, propondo práticas do que denominou por “restituição virtual”, bem como a participação cada vez maior dos indígenas no espaço museal.

Algumas publicações do antropólogo Manuel Lima Filho (Ewbank; Lima Filho, 2017; Lima Filho, 2017, 2023), professor e pesquisador da Universidade Federal de Goiás (UFG) e diretor do Museu Antropológico (MA) dessa universidade, descrevem suas práticas de compartilhamento de saberes, especialmente com os Iny/Karajá. Tais práticas são levadas a cabo através de diálogos interculturais e remetem a sua ideia de “cidadania cultural” (Lima Filho, 2015). Esse termo parece interessante para pensarmos que os processos colaborativos com povos indígenas dependem da sua decisão de participarem ou não.

Para Maria Dorothea Post Darella (Darella; Zea; Machado, 2020; Zea; Machado; Hanazaki; Kaingang; Darella, 2021), antropóloga e pesquisadora aposentada do Museu de Arqueologia e Etnologia Oswaldo Rodrigues Cabral, da UFSC (MARquE), os saberes indígenas devem ocupar todos os espaços, entre eles a universidade. À frente da ação Saberes Indígenas na Escola e da licenciatura intercultural indígena no âmbito da UFSC, trabalhou intensamente com os indígenas na concepção e cocriação de exposições que estiveram em cartaz na universidade.

Algumas ideias dos(as) pesquisadores(as) aqui apresentados(as) são recuperadas neste texto e articuladas a fragmentos de seus depoimentos, coletados entre 2018 e 2019 no âmbito de uma pesquisa de pós-doutorado (Russi, 2019).

Assim, o propósito deste artigo é refletir sobre a museologia compartilhada com povos indígenas, desenvolvida em museus brasileiros, considerando a interlocução entre os(as) pesquisadores(as) mencionados e os museus onde atuam/dialogam com os indígenas. O foco da pesquisa e dessas reflexões se voltam aos processos colaborativos com indígenas desenvolvidos em museus clássicos ou "tradicionais",⁴ cujos acervos se formaram com base em lógicas não comunitárias. Por isso, tais instituições não se configuram como museus sociais ou comunitários. Em geral, essas instituições falavam "sobre" os povos indígenas, mas com as intervenções dos interlocutores da pesquisa e de outros agentes, passaram a falar "com" os povos indígenas.

Dessa forma, apesar das origens e da maneira como se formaram as coleções indígenas nessas instituições, paulatinamente vimos que tais intervenções têm favorecido a desconstrução de

⁴ Em muitos museus etnográficos, o artefato da cultura material é deslocado de sua realidade funcional para ser musealizado, nos termos de Zbynek Stransky, tornando-se um documento que, em alguma medida, "representa" certa realidade. Em diferentes casos, vemos que há uma "museificação" do indígena, nos termos de André Desvallées e François Mairesse, que negativamente o descreve como sujeito atemporal ou representado no passado. Neste artigo, os museus analisados foram considerados tradicionais, pois seus acervos etnográficos se formaram sem a participação ativa e consciente dos indígenas, ou suas coletas não consideravam em suas origens as perspectivas "nativas". Os artefatos indígenas desses museus foram coletados no âmbito de pesquisas, embora nem todos, refletindo pensamentos vigentes em suas épocas.

narrativas unilaterais, proporcionando a revisão e a requalificação dos acervos juntamente com os indígenas. Apreendemos que tais experiências de museologia compartilhada com os povos indígenas se inserem dentro da corrente da museologia social e comunitária, priorizando a participação social na construção de memórias coletivas e de patrimônios plurais.

O artigo foi construído com base no estudo de cinco casos, a partir de dados da supracitada pesquisa de pós-doutorado, tomando como universo de análise um museu em cada região do país. Visa destacar avanços nos processos colaborativos entre museus e povos indígenas, apontando também para alguns de seus desafios. Para tanto, foram revisitadas duas pesquisas – um levantamento preliminar realizado entre 2017-2018 (Russi; Santos, 2018) e a já mencionada pesquisa de pós-doutorado, com viés de aprofundamento, que ocorreu entre 2018 e 2019. Desta última foram priorizadas especialmente as entrevistas cujos depoimentos, ainda inéditos, trazem concretude aos dados e às experiências relatadas.

Além de revisão da literatura, a seleção dos museus para a pesquisa desse pós-doutorado, sob supervisão da professora doutora Marília Xavier Cury, considerou suas características e a realização de ações decoloniais de seus acervos etnográficos. Por sua vez, a eleição dos(as) interlocutores para as entrevistas levou em conta, por um lado, suas trajetórias e experiências nesse sentido, e por outro o fato de a maioria integrar uma rede de sociabilidade oriunda da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e, especialmente, de seu Comitê de Patrimônios e Museus ao qual também estou vinculada. Assim, afetos e experiências pessoais também atravessaram essas escolhas.

Correlacionados à literatura, os depoimentos dos(as) interlocutores(as) nos permitem delinear um campo interessante de análise da museologia compartilhada por museus no Brasil com povos indígenas, numa busca para “decolonizar mentes e corações”.

O artigo está organizado em cinco grandes seções: 1) contexto histórico cultural, que aborda aspectos dos museus no Brasil, as coleções indígenas, as relações entre museus e povos indígenas e as mudanças nessas relações; 2) as metodologias e alguns resul-

tados das duas pesquisas indicadas anteriormente, incluindo fragmentos dos depoimentos dos(as) interlocutores(as); 3) desafios e oportunidades nesse campo; 4) museologia compartilhada como um delineamento conceitual; 5) dez pontos para decolonizar nossas ações com povos indígenas, apresentados no formato de dicas construídas com base nas experiências relatadas pelos(as) interlocutores(as) da pesquisa.

Contexto histórico e cultural

Museus no Brasil e coleções indígenas: alguns apontamentos

O panorama dos museus no Brasil com coleções indígenas é complexo e marcado por uma história longa e, muitas vezes, problemática. Nosso propósito aqui não é enveredar sobre os caminhos e a formação dessas coleções, pois vários(as) autores(as) se dedicaram a estudá-las, como Regina Abreu (2007) e Jane Beltrão (2003).

As relações de poder que emergem nos encontros entre povos indígenas e museus evidenciam disputas de narrativas, autoridade, legitimidade e representação. Como relata James Clifford (2016), nesses encontros há pressão e concessões de ambos os lados. Johannes Fabian (2010, p. 73) sugere que muitos são os "desafios pós-coloniais enfrentados pelos museus etnográficos em qualquer lugar". No contexto brasileiro, ponderações de pesquisadores (citamos trabalhos de alguns deles: Athias, 2015; Cury, 2013, 2016a, 2016b, 2016c; Lima Filho; Athias, 2016; Velthem, 2012) sobre essa questão têm sido fundamentais para balizar uma revisão das próprias práticas.

No âmbito deste artigo, é suficiente afirmar que, historicamente, inúmeros museus brasileiros foram criados e operaram como instrumentos de poder colonial e republicano, coletando e exibindo objetos indígenas, por vezes, de maneira descontextualizada e sem a participação das comunidades de origem. Diversas coleções refletiam e ainda refletem visões etnocêntricas e contri-

buíram para a perpetuação de estereótipos que, lamentavelmente, ainda hoje são difundidos.

No Brasil, dados⁵ apontam para a existência de mais de 450 museus que preservam coleções indígenas. Conforme levantamento de Russi e Santos (2018), a partir do *Guia dos museus brasileiros* (Instituto Brasileiro de Museus, 2011), tais acervos estão abrigados em instituições que se reconhecem tipologicamente como de antropologia ou etnografia, numa diversidade de museus em termos de tamanho, recursos, foco de pesquisa e estratégias de gestão. Porém, pesquisas recentes (Russi; Velthem; Cury, 2022) apontam que acervos etnográficos no Brasil são também encontrados em museus que se reconhecem como de tipologia histórica. Se, por um lado, as coleções indígenas são significativas, por outro, algumas são também consideradas problemáticas.

Tais acervos, de grande valor científico e cultural, formaram-se com propósitos e em contextos variados. Alguns remontam ao final do século XIX, como é o caso da coleção Frei Gil de Vila Nova, do Museu Paraense Emílio Goeldi, cujos artefatos indígenas foram coletados por Henri Coudreau, em 1898, e por Theodor Koch-Grünberg, entre 1904 e 1905 (Coelho, 2021).

A coleta de artefatos entre povos indígenas e a formação de coleções seguia diretrizes condizentes à época. Forjadas em perspectivas coloniais, às vezes num viés salvacionista face ao avançado processo de depopulação de grupos indígenas, estabeleceram-se relações entre coletores, pesquisadores e indígenas baseadas em princípios éticos que hoje rejeitamos ou problematizamos.

A falta de contextualização de muitas dessas coleções indígenas e, sobretudo, a ausência de um diálogo respeitoso e simétrico com os povos, por ocasião da formação ou da exibição desses acervos, são alguns dos pontos de partida de processos colaborativos que hoje vemos em curso no Brasil. Nesse sentido, urge rever as interpretações dadas a tais acervos e as práticas de apropria-

⁵ A pesquisa enfocou o levantamento de coleções indígenas em museus de antropologia e etnografia a partir de dados disponíveis no "Guia dos museus brasileiro" do Ibram de 2011 (Russi; Santos, 2018).

ção desses patrimônios, considerando o protagonismo de seus donos originais.

Em vista disso, observamos, nas últimas décadas, uma crescente conscientização sobre a participação indígena na coleta, preservação e interpretação de suas próprias culturas, levando à valorização de práticas mais inclusivas e participativas e na busca por reparação dos danos históricos.

Brevíssima história da relação entre museus e povos indígenas

Artefatos oriundos da cultura material de povos indígenas no Brasil foram coletados desde o século XVII e levados para instituições europeias, numa época em que não existiam museus na então colônia portuguesa. Nesta parte do artigo, delineamos o que poderia ser tomado como um brevíssimo apontamento acerca da história da relação entre museus e povos indígenas no Brasil. A proposta aqui não é apresentar um apanhado exaustivo, mas traçar alguns momentos e suas características. Se retrocedermos na história, desde a formação de acervos indígenas até hoje, identificamos três grandes momentos orientados por diferentes formas do compreender e do fazer museal que refletem o seu tempo. Assim, teríamos:

1) Estágio inicial (século XIX e início do XX): os primórdios dos museus brasileiros remetem ao seminal Museu Real, de 1818, que guarda conexão com a Casa dos Pássaros, instituição que surgiu no Brasil Colônia com intenções científicas. Esse momento inicial se caracterizava pela coleta de artefatos indígenas, frequentemente motivada por agendas coloniais e científicas. Essas coletas, muitas desprovidas de consentimento e participação indígena, eram majoritariamente apresentadas sob a ótica do colonizador (Cannizzo, 1998 *apud* Velthem, 2012). O foco era a preservação dos objetos como “evidências” de uma cultura, sem o reconhecimento da agência e das perspectivas indígenas.

2) Mudança de paradigmas (metade do século XX): a segunda metade do século XX testemunhou mudanças significativas. Influenciados por movimentos como a Nova Museologia e por

transformações sociais e políticas no Brasil, bem como pelos movimentos sociais indígenas, negros e feministas no Ocidente, uma abordagem mais crítica e participativa começou a emergir. Pesquisadores, como Rivière (2009), enfatizaram o papel social dos museus, defendendo a inclusão e a colaboração. O conceito de museologia “colaborativa” ou participativa ganhou espaço, ainda que naquele momento tais termos não fossem utilizados. Importante registrar que desde os anos de 1990, talvez até antes disso, as relações entre museus e povos indígenas no Brasil vinha mudando. Contudo, como apontam alguns estudos (Russi, 2023), a ausência de registros ou artigos sobre tais práticas suscitou a falsa ideia de que essas mudanças ocorreram inicialmente fora do país, quando, de fato, estavam ocorrendo simultaneamente.

3) Abordagens contemporâneas (meados/fins século XX e século XXI): esforços contínuos têm ocorrido para decolonizar as práticas museológicas no contexto contemporâneo mundial de globalização, de crises climáticas, de redes sociais e, mais recentemente, de uso das inteligências artificiais. Marília Cury (2020) fala em “museologia intercultural”, conflitos e relações dialógicas. Sally Price (2016), com sua análise crítica das práticas museológicas e dos desequilíbrios de poder, ressalta a importância da agência e da autorrepresentação indígenas nos museus. As implicações éticas da prática de coleta, sobretudo de “objetos” sensíveis, como restos humanos, foram criticamente avaliadas. Também ecoaram documentos do ICOM (International Council of Museums, 2006) sobre ética nos museus. No Brasil, damos destaque para a implementação da Política Nacional de Museus.⁶ Marcos legais, como a Lei de Liberdade Religiosa dos Índios Americanos⁷ e a Lei de Proteção e Repatriação de Túmulos e Restos Mortais de Nativos Americanos⁸ (no contexto estadunidense) também impactaram o contexto nacional, impulsionando práticas mais colaborativas, baseadas em consulta/diálogo e, eventualmente, devolução.

⁶ Brasil, 2003. Profundamente influenciada pela museologia social, a política reforça a função social do museu, seu compromisso com a comunidade de entorno e a imprescindível participação social, entre outros aspectos.

⁷ No original em inglês: American Indian Religious Freedom Act (AIRFRA), 1978.

⁸ No original em inglês: Native American Graves Protection and Repatriation Act (NAGPRA), 1990.

Os(as) interlocutores(as) da pesquisa de 2018-2019 e outros relatam sobre isso. Ademais, em 2010, foi lançado o Plano Nacional Setorial,⁹ com ênfase em diretrizes importantes direcionadas às diferentes tipologias de museus e com metas a serem alcançadas ao longo de uma década.

Mudanças na abordagem dos processos colaborativos

Nas palavras de Américo Castilla (2024, p. 6), as mudanças no campo museal na América Latina se inserem num contexto ampliado de revisão dos processos de colonialidade, decolonialidade e pós-colonialidade.

En América no se restringe la discusión a las rapiñas desde una óptica “poscolonia”, sino que somos conscientes de que la colonialidad del poder no opero solo en el pasado sino que lo hace al día de hoy en la conformación de nuestras subjetividades, lo que exigiría como primera medida un cuestionamiento de las funciones y condiciones que impone la modernidad/colonialidad a la institucionalidad y la narrativa de los museos.

Em diferentes países, como México, Colômbia, Chile, Argentina, Brasil e outros, experiências e projetos servem de plataforma para o reconhecimento e a restituição de saberes que historicamente foram desconsiderados pelo poder colonial. Para Marília Xavier Cury:

[...] os anos de 1980 foram promissores e muito do que fazemos hoje é parte de um processo implantado nessa década, a partir da qual se deu a virada pós-colonialista e o processo de descolonização da museologia e dos museus, entre estes os antropológicos/etnográficos e arqueológicos. (Cury, 2022b, p. 340)

Nas últimas décadas, acompanhamos mudanças na abordagem dos processos colaborativos em museus com coleções indígenas, quer no Brasil, quer em outras localidades. Isso decorre de debates oriundos de outros campos, como a filosofia, a teologia da libertação, a pedagogia do oprimido de Paulo Freire, entre outras,

⁹ Documento em fase de atualização no âmbito das políticas públicas do IBRAM.

cujas influências impactaram diretamente o campo da educação e da cultura e reverberaram no mundo dos museus.

Esse movimento de mudança e *mea culpa* ocorre em nível mundial pela decolonização dos museus e seus acervos e por uma maior participação das comunidades na gestão do seu patrimônio. Contudo, há uma miríade de contextos e formas de encaminhamento dessas mudanças. No Brasil, poderíamos destacar: a centralidade indígena, a colaboração ou compartilhamento de processos e responsabilidades, e um repensar das coleções.

O debate sobre direitos humanos é inadiável e coloca como imperiosa uma abordagem que considere o museu espaço privilegiado de diálogo. Os museus estão sendo instados a se ver como *locus* de encontro e de interação entre culturas, ou seja, encontros interculturais, como defendido pelos entrevistados e sobre o que voltaremos mais adiante.

Dessa forma, o museu deixa de ser entendido apenas como local de preservação de objetos para ser tomado como palco de diálogos, reconhecendo também conflitos e disputas. Para tanto, é necessário buscar estratégias para criar ambientes inclusivos, que fomentem a participação ativa das comunidades indígenas em todas as etapas da experiência museal, como observado na segunda pesquisa e sobre o que trataremos na próxima seção.

Metodologia e alguns resultados das pesquisas

Museus, povos indígenas e museologia compartilhada: levantamento preliminar

A primeira pesquisa, realizada no âmbito do Programa de Iniciação Científica do CNPq, na UFF, entre agosto de 2017 e agosto de 2018, teve como objetivo realizar um levantamento preliminar acerca de museus brasileiros de antropologia e etnografia com acervos indígenas que desenvolvem práticas de museologia compartilhada ou colaborativa com esses povos. O levantamento foi realizado de forma remota, e a metodologia partiu da análise do

Guia dos museus brasileiros (Instituto Brasileiro de Museus, 2011) e de sites, com elaboração de planilhas de Excel e contatos diretos via e-mail com algumas instituições para a coleta de informações complementares por meio de questionário.

A partir do guia e dos 3.118 museus nele registrados em 2011, foram inicialmente identificados 457 museus com acervos etnográficos categorizados na tipologia antropologia e etnografia. Destes, 94 museus possuem acervos indígenas, o que significa que 20,57% dos museus etnográficos no país têm coleções indígenas e estão, assim, distribuídos nas regiões do país:

10 museus na região Centro-Oeste;

15 na região Norte;

16 na região Nordeste;

25 na região Sul;

28 na região Sudeste.

Desses 94 museus com acervos indígenas, 21 afirmaram praticar alguma forma de museologia compartilhada ou que estariam "abertos a ações colaborativas". A pesquisa ressaltou que os processos participativos, por um lado, revelam diferentes "estágios de desenvolvimento", que vão de iniciativas recém-propostas a trabalhos realizados há mais de uma década, e por outro, diferentes níveis de envolvimento com as comunidades, com algumas iniciativas pontuais e outras mais estruturadas e contínuas.

A pesquisa identificou museus que se abrem a tais práticas em todas as regiões do Brasil, com maior concentração na região Sudeste, embora haja casos importantes no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, como veremos. Destaca uma correlação relevante entre ações compartilhadas e museus universitários ou vinculados a centros de pesquisa.

Não foi possível um detalhamento das ações, porém a pesquisa constatou que tais ações abrangeram diferentes áreas ou etapas dos processos museais, tais como curadoria, documentação, restauro e conservação de objetos, e a inclusão das comunidades indígenas nas decisões sobre as coleções e na produção de exposições.

Um aspecto que já se sabia por outras pesquisas, como a de Sonia Dorta (1992), diz respeito a certas características das coleções indígenas nos museus brasileiros, as quais são bastante heterogêneas. Algumas são vastas e sistemáticas, e outras, constituídas por poucos artefatos de determinadas tecnologias, como cerâmica, cestaria, adornos plumários etc. Coletadas em diferentes temporalidades, ainda precisam ser mais estudadas e, sobretudo, conhecidas e acessadas pelos povos que as confeccionaram, seus verdadeiros donos. Como afirma Lucia van Velthem em entrevista à pesquisadora, esses patrimônios são plurais e encerram múltiplas memórias e dimensões dessas comunidades, revelando diferentes aspectos de suas culturas materiais e espirituais.

Embora o trabalho tenha apontado para uma diversidade cultural das coleções referentes a diversos povos indígenas do Brasil, naquele momento não diagnosticamos a procedência ou a quais povos estariam associadas. Por outro lado, isso vem sendo paulatinamente realizado pelo projeto Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil, iniciativa do Comitê Patrimônios e Museus da Associação Brasileira de Antropologia.¹⁰

Museus, povos indígenas e museologia compartilhada: aprofundando o olhar

A segunda investigação, realizada entre 2018 e 2019 por mim, no âmbito de uma pesquisa de pós-doutorado no MAE/USP, partiu de dados da primeira investigação (Russi; Santos, 2018), a qual identificou 94 dos 457 museus de antropologia e etnologia com acervos indígenas. Para a segunda pesquisa, o universo de análise esteve composto de museus tradicionais, de grande ou médio porte, com acervos que preservam coleções indígenas. Tendo arrolado uma série de instituições para delimitar o escopo da pesquisa, foram considerados, além desses aspectos, o diálogo que já havia construído com os(as) pesquisadores(as) nominados(as) no início do artigo.

¹⁰ Sobre o mapeamento das coleções, ver: <https://colecoesetnograficas.uff.br/>. Acesso em: 24 out. 2024.

Além disso, foram considerados o trabalho que realizavam/ realizam com indígenas nos museus que trabalham, sendo esses processos ancorados numa relação de longa data. Assim, foram escolhidos oito museus e, para fins deste artigo, destacaram-se alguns resultados de 5 deles, dando ênfase a fragmentos e sínteses das entrevistas realizadas.

Nesta seção, trazemos alguns dados sobre um museu de cada região do país e revelamos algumas perspectivas dos agentes que atuaram ou atuam nessas instituições com base em suas entrevistas. Na região Norte, o MPEG, com a atuação de Lucia Hussak van Velthem; na região Nordeste, o MEPE, com Renato Athias; na região Centro-Oeste, o MA/UFMG, representado pelo trabalho de Manuel Lima filho; no Sudeste, o MHPIV, com as ações de Marília Xavier Cury; e no Sul, o MARQUE/UFSC, com Maria Dorothea Darella.¹¹

De forma geral, essa pesquisa destacou um número crescente de museus que estão implementando ações de museologia compartilhada, visando incluir as comunidades indígenas na gestão e interpretação de seus bens culturais. Apesar disso, a pesquisa sugere que a implementação desse tipo de museologia não é homogênea em todo o país, sendo mais frequente em certas regiões e tipos de museus. Nesse sentido, a correlação entre ações colaborativas em museus universitários ou vinculados a centros de pesquisa, inicialmente identificada na pesquisa anterior, revelou-se verdadeira nos casos então analisados.

Apesar da crescente implementação de práticas colaborativas, a pesquisa apontou diversos desafios, como a falta de recursos financeiros para apoiar projetos, o descompasso temporal entre o tempo institucional e o das comunidades, a necessidade de capacitação de profissionais para lidar com as especificidades da museologia compartilhada, questões relacionadas a direitos autorais e propriedade intelectual dos objetos e narrativas culturais, entre outros.

¹¹ Ficaram fora do artigo: Museu das Culturas Dom Bosco, localizado em Campo Grande (MT); Museu Amazônico, vinculado à Universidade Federal do Amazonas, em Manaus (AM); e o Museu do Índio, vinculado à FUNAI, no Rio de Janeiro (RJ).

Na pesquisa realizada entre 2018 e 2019, o termo “museologia compartilhada” não foi apresentado como um conceito teórico preestabelecido, pois funcionou para descrever um conjunto de práticas ou processos museológicos que se caracterizam pela participação ativa e colaborativa dos povos indígenas na construção da narrativa e/ou na gestão do museu. Nesse sentido, não se configurou como definição teórica formal dada *a priori*, mas funcionou como categoria analítica, usada para descrever as experiências observadas nos museus onde havia maior grau de interação e cocriação entre profissionais da instituição ou pesquisadores e representantes dos grupos indígenas. Isso inclui desde a participação na documentação do acervo até a concepção das exposições.

“Museologia compartilhada” serviu, portanto, para descrever um tipo de relação que ultrapassa o modelo tradicional, no qual os povos indígenas eram meros objetos de estudo ou “coleccionados”. O termo procurou indicar a busca por uma relação mais horizontal, democrática e ética, na qual as vozes e perspectivas indígenas são centrais e decisivas na produção do conhecimento e na construção da memória coletiva.

Assim, apresentamos de forma sumária alguns dados desses casos, privilegiando sínteses e reflexões com base nas entrevistas com os(as) interlocutores(as)¹² da pesquisa. Procuramos elaborar uma noção a partir das perspectivas e entendimentos de cada instituição sobre o que poderia descrever uma “museologia compartilhada” com povos indígenas.

Região Norte – Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)

No caso do MPEG, criado em 1866 e localizado em Belém (PA), a pesquisa revelou que, embora a instituição possua um vasto acervo etnográfico indígena e que reconheça a relevância da participação

¹² As entrevistas foram coletadas há seis anos, entre 2018-2019, e, desde então, muitas ações ocorreram. Lucia van Velthem, por exemplo, embora aposentada, segue como pesquisadora do MPEG, dando prosseguimento a projetos/programas com as coleções e povos indígenas. Dorothea Darella, também aposentada, colabora com algumas atividades na UFSC. Marília Xavier Cury, Manuel Lima Filho e Renato Athias, por sua vez, continuam ativos em seus projetos com a intensa participação dos indígenas, com os quais trabalham há mais de uma década.

indígena, permitindo a realização de inúmeras ações colaborativas, não há uma política institucional com normativas ou parâmetros que formalmente foquem em ações colaborativas com esses povos, o que se revelou comum em outros casos.

Por outro lado, desde os anos de 1990, ou mesmo antes disso, o MPEG desenvolve ações com participação direta e efetiva de indígenas - visitas sistemáticas à reserva técnica, documentação do acervo, desenvolvimento de exposições e outros produtos culturais, entre outras iniciativas relevantes, o que o torna um dos pioneiros nesse sentido. A ausência de ações colaborativas formalizadas em documentos, como o regimento interno, indica, por um lado, certa fragilidade, mas, por outro, uma oportunidade para o museu revisar sua política institucional.¹³ Importante registrar também que existem muitos projetos e ações que integram efetivamente as perspectivas e a participação dos povos indígenas em suas atividades.

Nesse sentido, damos destaque para o trabalho comprometido e implicado com os povos indígenas para que participem, visitem e tenham protagonismo no museu e que tem sido desenvolvido por mais de uma década por pesquisadores como Lucia van Velthem, Claudia Leonor López Garcés e outros. Contudo, são iniciativas individuais ou por vezes em redes de pesquisadores e instituições, mas não uma ação amparada pela política institucional do museu.

Lucia Hussak van Velthem, em entrevista realizada em 31 de janeiro de 2019 na residência da pesquisadora, na cidade do Rio de Janeiro, diz:

[...] no começo da década de 1990, os Wayana e Aparai começaram a vir para as cidades, para tratamento de saúde. Sempre me contatavam, porque vinham para Belém e, às vezes, chegavam a ficar dois meses comigo nesse período. E eu comecei a levar eles para o museu, porque no Museu Goeldi tem as maiores coleções Wayana e Aparai do Brasil. E então começamos a trabalhar em conjunto, mas não tinha, evidentemente, essa ideia, nem essa percepção que era um trabalho colaborativo. Era um trabalho que era,

¹³ O regimento interno do MPEG, recentemente publicado, é omissivo quanto à consulta e participação indígena nas atividades do museu. Disponível em: <https://www.gov.br/museugoeldi/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/documentos-institucionais/regimento-interno-mpeg-2023-portaria-mcti-no-7-063-de-24-de-maio-de-2023.pdf>. Acesso em: 24 out. 2024.

vamos chamar assim, uma documentação museológica e que, para mim, para o meu trabalho, foi fundamental. [...] Enfim, eu percebi que era um trabalho que dava muitos frutos e que eles também tinham interesse. Eles tocavam os instrumentos musicais, colocavam os colares. [...] Uma das partes do trabalho deles era, como diziam, acordar os objetos tocando, usando, que é através do uso que há movimento. Então eu acho, quer dizer, agora isso é uma consideração totalmente minha, que esse trabalho colaborativo, participativo, como você fala, é o resultado de uma série de fatores.

Lucia reforçou que seu depoimento era fruto de sua reflexão sobre suas experiências no MPEG e de sua relação com os povos indígenas, especialmente com os Wayana e Aparai, mas não apenas com eles. Ela mencionou que, a partir da década de 1990, houve uma maior circulação dos povos indígenas nas capitais, o que facilitou seu acesso aos museus. Essa mudança permitiu aos indígenas perceberem os museus como territórios de atuação política e de afirmação identitária.

Para a entrevistada, os museus passaram a ser vistos como locais onde os indígenas poderiam discutir questões importantes, como quem fala em nome de quem e como os discursos são formados. Essa nova percepção levou a um diálogo intercultural rico e à possibilidade de trabalhos colaborativos, onde tanto antropólogos quanto indígenas se tornaram parceiros na construção de narrativas e na reinterpretação de objetos culturais.

Na opinião de Lucia, a acessibilidade aos museus não apenas facilitou o diálogo entre antropólogos e povos indígenas, mas também transformou a maneira como as coleções e as narrativas culturais são abordadas e representadas. Lucia reconhece o pioneirismo do Museu Nacional dos Povos Indígenas no trabalho colaborativo com os indígenas como uma política institucional, o que até hoje ainda é pouco frequente, mesmo nos museus investigados pela pesquisa. Para ela, a questão de fundo é a acessibilidade das pessoas indígenas, ou seja, poder saber onde suas coleções estão e, além disso, ter acesso a elas fisicamente. No seu entendimento, existem dois grandes territórios dentro do museu, o da reserva técnica e o da exposição, a pesquisadora acredita que os avanços no trabalho em parceria com os indígenas teriam sido maiores no segundo que no primeiro.

A entrevistada mencionou que o desmantelamento de instituições como a FUNAI e a crescente invasão de terras indígenas afetam negativamente a relação entre museus e grupos indígenas, dificultando a continuidade dos diálogos e colaborações.¹⁴

Região Nordeste – Museu do Estado de Pernambuco (MEPE)

O Museu do Estado de Pernambuco (MEPE), criado em 1929 e situado na cidade de Recife, tal como o MPEG, embora possua um acervo etnográfico indígena significativo, como a Coleção Etnográfica Carlos Estevão, com mais de 3 mil peças, e reconheça que a participação indígena nas ações do museu é fundamental, também não tem nenhuma ação colaborativa formal indicada em sua política institucional.

Por outro lado, muitas ações vêm sendo realizadas há mais de uma década a partir de iniciativas do antropólogo Renato Athias, membro do conselho do museu e professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e por seus alunos e orientandos.

Na entrevista com Renato Amram Athias, realizada em 18 de julho de 2018, na cidade de Florianópolis, durante a realização do IUAES:¹⁵

As pessoas do museu não chegaram a entender, e eu desconfio que algumas delas até hoje não entendem, que esses objetos fazem parte de um patrimônio imenso, que são dos indígenas e que de uma certa forma eles deveriam ter um acesso completo, mais do que só um acesso, mas eles (os artefatos do museu) poderiam servir de pesquisa para eles (os indígenas). Então eu realizei várias oficinas¹⁶ com os indígenas dentro do museu e, aos poucos, fazendo com que eles pudessem se apropriar desses objetos. Se apropriar não só visualmente, tem vários exemplos... Os índios Pankararu viram uma fotografia de Carlos Estevão que ele fez em 1937. Eles olharam [...]

¹⁴ Embora o comentário da entrevistada tenha como contexto a época do governo do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), o desmantelamento das conquistas sociais, as mazelas e a desestruturação de vários sistemas de valorização e proteção aos direitos e às culturas indígenas são percebidos até hoje.

¹⁵ Acompanhou a entrevista a antropóloga e professora da Unirio Regina Abreu.

¹⁶ O contexto em que ocorreram essas oficinas está descrito em: Athias, 2022.

nessa foto existiam dois objetos, são objetos de música, que fazem parte da música [...]. Então eles pegaram essa fotografia, levaram pra aldeia, realizaram o trabalho lá, recuperam músicas, recuperam maneiras de como era feito e recuperam maneiras de fazer.

Ao longo dos anos, Renato desenvolveu várias metodologias para trabalhar com a participação indígena. Tudo começou em 1972, quando teve seu primeiro contato com indígenas do Alto Rio Negro, numa prática de alfabetização que ele denominou por “educação bilíngue intercultural”. Também trabalhou com a criação de um diagnóstico participativo. Essa metodologia foi utilizada para discutir com os indígenas conceitos como *patrimônio*, *objetos* e *território*. O objetivo era mobilizar as comunidades para que os objetos culturais pudessem ser parte de uma ação mais visível e representativa do que são os povos indígenas.

Em 1999, o professor desenvolveu um curso de coleções etnográficas e povos indígenas na UFPE, no âmbito do Núcleo de Pesquisas sobre Etnicidade (NEPE). Posteriormente, em 2011, conduziu oficinas com 13 povos indígenas em Pernambuco, aplicando a metodologia do diagnóstico participativo, numa conexão com estratégias de formulação de museus pelos participantes, os chamados “museus indígenas”. Athias mencionou que, através dessas oficinas, os indígenas se apropriaram de certos conceitos, dos objetos, recuperando não apenas a sua história, mas também as práticas culturais associadas a esses itens. O exemplo citado sobre os Pankararu demonstra a potência desse tipo de interação.

Além disso, ele também tem trabalhado com a ideia de devolução ou “repatriação virtual”, configurando um museu virtual, o que envolve a devolução de imagens e objetos culturais para as comunidades indígenas, como aquelas da Coleção Carlos Estevão do MEPE,¹⁷ permitindo que as comunidades se apropriem desses materiais e os utilizem em suas práticas culturais e de pesquisa. Essa abordagem não apenas promove a visibilidade dos objetos, mas também fortalece a identidade cultural dos povos indígenas envolvidos.

¹⁷ Coleção virtual Carlos Estevão, disponível em: <https://acervos.ufpe.br/carlosestevao/>. Acesso em: 24 out. 2024.

Região Centro-Oeste – Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás (MA-UFG)

O Museu Antropológico da UFG (MA-UFG), constituído em 1969 e localizado na cidade de Goiás, preserva um acervo etnográfico indígena relevante. A própria existência do acervo etnográfico indígena e sua natureza como museu de antropologia sugerem um reconhecimento e a incorporação da colaboração com essas comunidades.

Similarmente a outros museus analisados, o MA-UFG apresentava, durante a pesquisa, diferentes ações com os indígenas, com destaque para programas e projetos estruturados de colaboração com povos indígenas de longa data, registrados inclusive em seu plano museológico de 2018 a 2021 (Martins, 2017), com quatro ocorrências para o termo indígena(s): no projeto sobre línguas brasileiras, em pesquisas sobre as coleções, no aprofundamento das relações com as comunidades e na comercialização de produtos dos povos indígenas.

Pesquisadores como Manuel Lima Filho e outros profissionais do museu e da UFG, como Manuelina Maria Duarte Cândido, estão envolvidos em ações colaborativas que propiciam uma série de trabalhos com os indígenas.

Manuel Lima Filho, em entrevista realizada em 10 de dezembro de 2018, na Universidade de Brasília:

Então, a experiência compartilhada, a gente começou a ir conceitualmente [...] eu assumi de fato, teoricamente, a experiência da coetaneidade do Fabian [2013]. [...] o meu projeto todo é baseado pela coetaneidade [...] eu nem ia continuar o projeto depois dessa história toda (se referindo ao incêndio do Museu Nacional), mas aí, como tem a plataforma Tainacan, que é da UFG, e que agora subiu todo o acervo do Museu do Índio e do Museu Histórico, está *on-line* todo o acervo. E essa plataforma Tainacan é um nome *karajá*, que significa estrela. [...] Então, a gente nunca pensou no nome, a gente foi construindo. Agora eu estou chamando, compartilhando, ou melhor, dialogando no projeto Diálogos Interculturais. Na verdade, vai trabalhar quem está a fim, quem tem relação com você, não significa que são todos, entende? Tem alguns que não vão querer, que não estão nem aí, mas tem outros que você constrói nas relações de campo, e aí você faz um diálogo cultural com quem quer dialogar com você. Por isso que eu acho que o diálogo, ele é mais potente do que compartilhar, sabe?

Manuel abordou as experiências do museu, especialmente com os Iny/Karajá. Lembrou das origens do museu, que surgiu no âmbito da Marcha para o Oeste, na época de Getúlio Vargas, com um viés de resgate da cultura material dos indígenas. Desde a gestão da antropóloga Edna Taveira, nos anos de 1980, os indígenas passaram a circular pelo museu quando iam para Goiânia durante tratamentos médicos. Naquela ocasião, era um trabalho mais de qualificação e documentação do acervo, o que nos faz lembrar do relato de Lucia van Velthem.

O professor Manuel discutiu a cidadania patrimonial, enfatizando que a inclusão no patrimônio cultural deve considerar também a não inclusão, permitindo que grupos optem por não participar do mito da nação. Entre os projetos, comentou o do Thesaurus e o uso da plataforma Tainacan, ação que visa digitalizar e classificar coleções indígenas no museu. Destacou o necessário diálogo intercultural com as comunidades. A salvaguarda do saber fazer cerâmico, por exemplo, foi uma das experiências relatadas que abrangeu a capacitação e a documentação das práticas culturais. Manuel também comentou a colaboração com arqueólogos e sobre o trabalho compartilhado e respeitoso entre o museu e as comunidades indígenas.

Sobre o conceito de cidadania patrimonial, Manuel enfatizou que é mister incluir as vozes indígenas nos processos de representação cultural. Ele também criticou a imposição do Estado sobre quais grupos são considerados representativos e enfatizou que o conceito de cidadania patrimonial supõe que as comunidades decidam sobre sua participação ou não nesses processos.

Região Sudeste – Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre (MHPIV)

O MHPIV, aberto em 1966, localizado em Tupã (SP), destacou-se na pesquisa por suas ações efetivas e contínuas de colaboração com povos indígenas, principalmente com os Kaingang e os Krenak. Uma nova forma de se relacionar com os indígenas teve início em 2010, a partir da reestruturação do museu. Outro ponto de desta-

que é que, nesse caso, como no do MA-UFG, a política institucional¹⁸ reconhece a importância dos indígenas, seja em função da origem de seu acervo, seja por sua missão, e o compromisso assumido com os indígenas está evidenciado em uma série de programas, projetos e ações. A responsabilidade do museu em relação aos povos de origem de seu acervo fica evidenciada em ações, como o diálogo contínuo e o trabalho do Centro de Referência.

Outras ações identificadas foram: exposições autonarrativas, atividades culturais mensais (“Índio no Museu”), parcerias com comunidades indígenas, documentação e registro da memória, ações educativas com a participação de indígenas, aproximação entre diferentes públicos (escolares e outros).

A reformulação do MHPIV previu ações contínuas e participativas com povos indígenas, sendo a perspectiva e o engajamento dos indígenas centrais na construção da narrativa e na contribuição para a gestão do museu. As iniciativas demonstram uma parceria genuína e respeitosa, com foco na valorização e difusão da cultura indígena.

Marília Xavier Cury, em entrevista realizada em São Paulo, em 3 de janeiro de 2019, no MAE-USP, relata:

Quando a ACAM Portinari em 2008 assumiu a gestão do museu me chamou em 2009 para conceber a exposição de longa duração [...].

Então, eu fiz uma primeira apresentação [...]. E o que eu poderia dizer que foi inédito para aquele museu, naquela época, foi o fato de que grande parte da exposição de longa duração, eu diria 80%, foi dedicada aos indígenas. Entendendo que esse museu tinha duas vertentes. A histórica, referente [...] à fundação da cidade, em 1929. E o outro eixo são as questões indígenas, de uma perspectiva bem colonialista, porque quem definiu esses dois eixos foi o colonizador, aquele que se entendia como o criador da cidade, Luiz de Souza Leão. [...] Isso significa que o eixo indígena do museu era a partir de uma visão do colonizador [...]. Eu procurei desequilibrar a história em face das questões etnográficas, por um lado, prevalecendo as questões indígenas e as coleções indígenas, mas acho que talvez o principal tenha sido

¹⁸ O plano museológico do MHPIV de 2009, revisado em 2020, faz 35 menções ao termo indígena. Disponível em: https://www.transparenciacultura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/9.Plano_museologico_Museu-India-Vanuire.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

que, dentro desses 80% do espaço físico da exposição, mais da metade foi dedicada aos dois grupos indígenas mais próximos do museu. O que me chamou a atenção é que esses dois grupos nunca tiveram uma exposição dedicada a eles. [...] a criação do museu é de 1966. [...] E, até 2009, os Kaingang e os Krenak [...] que coabitam a terra indígena que se chama Vanuíre, eles nunca tiveram um protagonismo dentro do museu. Eu me lembro, dia 25 de janeiro de 2010, nós tivemos essa reunião com a presença do cacique, vice-cacique, na aldeia. [...] Acho que aí foi, talvez, um marco, que é o deslocamento. [...]. O museu foi até eles.

Na entrevista, Marília abordou a trajetória de seu trabalho no MHPIV, destacando a colaboração com as comunidades indígenas Kaingang e Krenak, enfatizou a necessidade de um trabalho conjunto, onde os indígenas não apenas participam, mas também se tornam autores de suas narrativas nas exposições autonarrativas. Para Marília, essas ações incluem atividades como a revisão das transcrições de entrevistas, enfatizando o respeito pelas vozes e pelos desejos dos entrevistados – nesse caso, os indígenas.

Marília também refletiu sobre a decolonização dos museus, afirmando que o que é indígena pertence aos indígenas, e que o museu deve atuar como guardião, respeitando as tradições e espiritualidades locais. Ressaltou a demanda de um diálogo contínuo e respeitoso entre pesquisadores e comunidades, visando a um entendimento mútuo e à valorização das culturas indígenas.

Sobre a exposição, que remete ao ano de 2010, ela explicou que esse processo permitiu aos indígenas expressarem sua dor e seu sofrimento, refletirem sobre a história e sua cultura, e que foi um momento significativo para a autonarrativa. Ela também trouxe sobre a necessária revisão de paradigmas de gestão e controle sobre acervos indígenas, o estabelecimento de protocolos éticos para o uso de imagens e depoimentos e o equilíbrio nos trabalhos/projetos colaborativos. Sobre sua experiência de trabalho em parceria com os indígenas, Marília o descreve como um processo colaborativo e de aprendizado mútuo.

Região Sul – Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral da Universidade Federal de Santa Catarina (MARquE-UFSC)

Criado em 1965, o MARquE-UFSC tem um acervo etnográfico significativo e um discurso institucional que valoriza as culturas indígenas. As ações colaborativas com povos indígenas, embora remetam a práticas antigas de circulação do acervo e dos indígenas no museu, não estavam efetivamente estruturadas, ou seja, como na maioria dos casos, não havia, no momento do estudo, uma política institucional para garantir as ações colaborativas com os indígenas.¹⁹

As principais ações identificadas foram as exposições colaborativas decorrentes da Licenciatura Intercultural envolvendo os Guarani, os Kaingang e os Laklãnô-Xokleng. Nesse sentido, se por um lado notamos forte participação para a cocriação de exposições colaborativas, a pesquisa não identificou na política institucional destaque para programas ou ações formais duradouras envolvendo a colaboração com povos indígenas no museu. Por outro lado, o museu demonstrou potencial para ações colaborativas com povos indígenas, de modo que no futuro tais ações poderão ser mais bem estruturadas a partir de uma política institucional, garantindo que essa participação seja efetiva e contínua, que viabilize suas narrativas e contribua na gestão do próprio museu.

Dorothea Darella, em entrevista realizada em 20 de julho de 2018, no MARquE-UFSC:

E como que essa Instituição Federal de Ensino Superior [referindo-se à UFSC] poderia conhecer melhor essas três populações indígenas [os Kaingang, os Guarani e os Laklanô-Xoklen]? Foi quando surgiu a ideia de uma exposição, e aí surgiu o local também, hall da Reitoria, e essa exposição, enfim, tomou corpo e foi inaugurada. [...] Então, essa exposição de 2011 significou muito para os alunos, para a gente, porque daí foi um esforço. O museu,

¹⁹ O Plano museológico 2016-2021 é omissivo em relação aos povos indígenas. Disponível em: <https://museu.paginas.ufsc.br/files/2016/03/Plano-Museol%C3%B3gico-do-MARquE.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

os alunos da licenciatura, nós [...] e os alunos levaram a proposição para suas aldeias, para suas comunidades, para suas escolas. Então, o acervo que compôs essa exposição foi um acervo todo trazido das aldeias, porque foi decidido que o acervo que nós temos na Reserva Técnica não sairia. [...] então, o que se fez? Se optou por fazer fotos de alguns acervos muito importantes, inclusive a coleção Silvio Coelho dos Santos, algumas peças que foram escolhidas [...]. Então, elas foram expostas como fotos, e o acervo foi trazido por eles, pelos indígenas.

Dorothea abordou as origens de criação do museu nos anos de 1960, a trajetória do antropólogo Sílvio Coelho dos Santos e seu trabalho com as populações indígenas, especialmente na formação das coleções dos Tikuna e dos Laklanô-Xokleng. Destacou a curadoria compartilhada em exposições que refletem a cultura indígena, sobretudo a colaboração entre professores e comunidades indígenas. Relembrou outra experiência de 2011, da exposição com os Tikuna em Manaus (no Museu Amazônico da UFAM), que, em 2017, teve outra versão para o MARquE. Segundo a entrevistada, essas exposições tiveram "nascimentos diferentes", numa menção à forma como elas foram concebidas com a participação indígena.

Ela relatou outras experiências, como a criação da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica e a realização de minicursos para educadores. A exposição "Ação Saberes Indígenas na Escola", em cartaz durante o período da entrevista, foi o resultado significativo desse trabalho, envolvendo a participação ativa de alunos e a escolha de acervos representativos das culturas e selecionados pelos próprios indígenas.

Dorothea também enfatizou que é indispensável se respeitar o tempo e as decisões das populações indígenas, promovendo um aprendizado mútuo e a valorização das tradições. A troca de experiências e a reflexão sobre o papel dos educadores indígenas foram centrais na discussão, com um olhar crítico sobre as limitações impostas por sistemas educacionais. Por isso, ela chamou a atenção para a necessária reflexão sobre a temporalidade das exposições e a participação dos mais velhos nas inaugurações. Em sua avaliação, a exposição foi bem recebida, mas também gerou críticas construtivas, evidenciando a dinâmica de aprendizado contínuo entre os participantes.

Desafios e oportunidades

O contexto museal brasileiro apresenta uma disparidade significativa na distribuição dos museus pelo país, com concentração dessas instituições nas faixas litorâneas, capitais e nas regiões mais ricas. Há desigualdades quanto à estrutura de profissionais, infraestrutura, orçamento, autonomia, condições dos acervos e documentação, entre outros aspectos.

Sem desconsiderar tamanha diversidade, partindo dos casos e da literatura existente, observamos uma mudança em vários museus no que diz respeito a uma museologia implicada ou engajada com os povos indígenas, embora nem todos estejam nesse caminho. Um número crescente procura integrar as vozes indígenas, mas os desafios permanecem. A pesquisa apontou que diferentes museus estão fazendo esforços colaborativos, embora isso varie consideravelmente e não haja uma definição consistente do que significa “colaborativo”. O debate contínuo sobre a terminologia, particularmente sobre o que constitui uma verdadeira parceria, ainda é necessário. Para Soares:

[...] o desafio de redefinir uma museologia com as comunidades envolve colocar em questão as categorias de valor que fundaram os museus na Modernidade – por exemplo, o autêntico, o raro, o único investido nas coleções materiais. Buscando abrir o museu para categorias menos eurocêntricas e menos atreladas à cultura hegemônica da classe burguesa, vislumbramos a necessidade de (re)considerar a museologia pelo viés pós-colonial. (Soares, 2020, p. 9)

Nesse sentido, os(as) entrevistados(as) apontaram desafios na relação entre museus e grupos indígenas. Um deles é a própria complexidade das estruturas museais, que podem dificultar a colaboração e o diálogo intercultural. Muitas vezes, as práticas museológicas de incorporação de objetos indígenas em um ambiente museal não respeitam as tradições e os significados que esses objetos têm nas comunidades indígenas.

Outro desafio é a percepção dos objetos pelos povos indígenas, que frequentemente os veem nas coleções como “dormindo”

ou “sofrendo”, como nos disse, por exemplo, Lucia van Velthem, devido à falta de uso e interação, o que gera um sentimento de desconexão e desrespeito em relação ao seu patrimônio cultural. Além disso, a disposição dos objetos em exposições, como colocar lado a lado itens que não deveriam estar próximos, causa revolta entre os indígenas ao ignorar suas práticas culturais e significados.

A falta de entendimento mútuo sobre a musealização e a transformação que os objetos sofrem ao serem retirados de seus contextos originais também é um obstáculo. Às vezes, os indígenas podem ter dificuldade em compreender por que certos objetos estão no museu e como foram ressignificados, o que torna o diálogo sobre coleções mais complexo que o diálogo sobre exposições.

Ainda sobre os desafios, os interlocutores destacaram a fragilidade da situação política e as mudanças nas políticas de apoio aos direitos indígenas, o que pode representar também uma ameaça. A crescente invasão de terras indígenas afeta diretamente os povos e negativamente a relação entre museus e grupos indígenas, o que pode dificultar a continuidade dos diálogos.

As mudanças nem tão recentes na abordagem dos processos colaborativos em museus com coleções indígenas refletem um novo paradigma que prioriza o diálogo intercultural, a participação ativa das comunidades originárias e uma postura crítica em relação ao passado colonial da museologia. Decolonizar as narrativas dos museus com coleções indígenas não é tarefa fácil e não depende “apenas” da inclusão dos povos indígenas. Afinal, o que significa incluir? Incluir pressupõe o incluído. Em que medida os indígenas são de fato incluídos? E o que nos diz seu desejo de não querer ser incluído nessa relação?

Segundo Walter Mignolo, para decolonizar as narrativas dos museus da América do Sul e Caribe,

[...] no es suficiente que curadoras y curadores descendientes de Europeas y Europeos (aunque sean mestizas/os y mulatas/mulatos de sangre pero europeas y europeos de mente) “incluyan” lo indígena o lo africano, puesto que toda inclusión depende de las decisiones de las y los incluyentes. Por otra parte, no es seguro que el museo sea una institución relevante para los pueblos originarios y la diáspora africana. Si los es, es a ellas y ellos que les

corresponde decir qué hacer. Y si no lo es, pues ya al ignorar la relevancia del museo en su propia cultura es, de hecho, una contundente descolonización de las narrativas museológicas (Mignolo, 2024, p. 12).

Os museus brasileiros com coleções indígenas se mostram como um campo em transformação, com avanços significativos na direção de uma maior participação indígena na gestão e preservação do seu próprio patrimônio cultural, mas que ainda enfrentam desafios significativos em relação à sua prática e aos seus objetivos.

Há também um grande movimento por parte dos povos indígenas, desde os anos de 1990, de se apropriarem desse tipo de equipamento cultural, formando seus museus indígenas. Alexandre Gomes (2019), ao estudar esses processos, identificou termos mais adequados para essas experiências que emergem a partir de outras lógicas e sugere o termo “etnomuseografia” na referência aos processos levados pelos indígenas e que se configuram como:

[...] ação museológica indígena, apropriação e tradução, construídas como ferramentas analíticas voltadas à compreensão dos processos de indigenização de museus e das ressignificações das noções de “patrimônio” e “cultura” na constituição de autorrepresentações e práticas sociais vinculadas às cosmopolíticas da memória efetuadas pelos indígenas em seus processos museológicos.

A noção de cidadania patrimonial de Lima Filho (2015) se articula diretamente com a proposta do diálogo intercultural apontado pelos(as) entrevistados(as) como uma das ações necessárias no trabalho com os indígenas. Seguindo seu pensamento, o conceito de *cidadania patrimonial* pressupõe: 1) inclusão e representatividade garantidas, desde que sejam uma possibilidade e não uma imposição aos indígenas; 2) a noção de “cidadania insurgente”, que se refere à capacidade dos grupos de questionar e redefinir o que significa ser parte de uma nação ou de patrimônio; e 3) o reconhecimento da complexidade das relações, reconhecendo que cidadania patrimonial é complexa e fragmentada, refletindo as diversas experiências e identidades dentro de um mesmo grupo.

Passemos agora as principais conclusões da pesquisa sobre a relação entre museus e povos indígenas no Brasil.

Mudança de paradigma com desafios persistentes apesar da evolução em direção a práticas mais colaborativas e éticas, muitos museus enfrentam desafios na implementação de verdadeiras parcerias com os povos indígenas. A pesquisa demonstra uma mudança de paradigma, mas destaca a continuidade e aprofundamento dessas mudanças. A "indigenização" (Roca, 2015) dos museus, embora presente em vários casos, não é uma unanimidade e por vezes é superficial.

Falta de clareza terminológica: não há consenso sobre a definição de "colaboração" ou "parceria" nesses processos. Há a imperiosa tarefa de se ter uma clareza terminológica para melhor compreender e avaliar as diferentes abordagens e suas implicações, embora os casos estudados tenham apontado convergências conceituais nesse sentido.

Diversidade de abordagens: os museus utilizam diferentes abordagens para a colaboração com povos indígenas. Embora a maioria procure incluir a participação indígena em suas atividades, os métodos e os graus de colaboração variam significativamente, dependendo de diversos fatores, como a história do museu, a relação preexistente com as comunidades indígenas, recursos e as características dos "agentes" envolvidos.

Importância da agência indígena: foi possível observar a crescente agência indígena moldando as práticas museológicas. Diversos museus buscam formas de garantir esse protagonismo aos indígenas. No entanto, é preciso assegurar que essa participação seja realmente autônoma e respeite a autodeterminação dos povos indígenas.

Abordagem ética e inclusiva: necessário ter uma abordagem ética e inclusiva em todos os processos museológicos envolvendo povos indígenas, como foi possível observar nos casos. Isso inclui considerar perspectivas históricas, demandas contemporâneas, e o respeito pelos direitos e pela cultura indígena.

Museologia compartilhada ou colaborativa

Com base nos casos e nos relatos, delineamos aqui uma noção preliminar que ainda carece de outros estudos, análises e críticas, acerca

do que poderia ser compreendido por museologia colaborativa ou compartilhada, realizada entre museus tradicionais e povos indígenas.

Esse tipo de museologia se estrutura a partir de um conjunto de parâmetros para estabelecer uma relação de parceria genuína, fundada no respeito mútuo entre museus e comunidades indígenas, respeitando as especificidades e a diversidade das comunidades. Nesse processo, tanto museus quanto grupos indígenas reconhecem a relevância de trabalharem juntos, atuando como aliados na construção de narrativas e na gestão de coleções, num diálogo intercultural em que as comunidades indígenas têm um papel ativo na interpretação e gestão de seu patrimônio.

Tal museologia se caracteriza por práticas e princípios éticos e supõe o deslocamento do museu até os indígenas, ou seja, o museu não deve esperar que os indígenas o procurem, compete ao museu procurar e consultar os indígenas. Deve haver um profundo respeito pela espiritualidade, estabelecendo um equilíbrio de poder nem sempre fácil. Envolve educar os indígenas sobre o que é um museu e como funcionam as exposições, permitindo que eles se tornem mais proficientes nesse contexto e possam participar de forma mais efetiva. Envolve também aprendermos com os indígenas para que possamos compreender suas próprias epistemologias.

É um processo que deve ser permanente e diário, envolvendo conversas nas aldeias, escolas e universidades, essencial para entender as realidades e necessidades das populações indígenas. De forma ideal, a colaboração deve incluir a participação efetiva dos indígenas em todas as etapas do processo museológico, ou seja, desde a formação do acervo, passando pela pesquisa, curadoria e gestão do acervo, até a escolha dos artefatos e narrativas para exposições e produtos culturais diversos.

A museologia colaborativa deve ir além da simples inclusão, buscando uma relação de respeito e aprendizado mútuo em que as vozes indígenas são ouvidas e valorizadas, contribuindo para a construção de um espaço que reflita suas culturas e histórias de maneira autêntica. Nesse sentido, configura-se como um esforço conjunto que visa não apenas a preservação do patrimônio cultural, mas também a promoção da educação e do reconhecimento das

identidades indígenas e de suas epistemologias, dentro do contexto museológico.

Por fim, a museologia compartilhada ou colaborativa não é um evento isolado, mas um processo contínuo que busca construir relações duradouras entre museus e comunidades indígenas, permitindo que as interações amadureçam ao longo do tempo.

Dez pontos para “decolonizar mentes e corações” no trabalho com povos indígenas

Se a pergunta de Françoise Vergès (2023, p. 48) ao chamado “museu universal” e sua função simbólica de dominação leva a autora a duvidar da possibilidade da decolonização do museu, sobretudo no contexto europeu, propondo o “pós-museu”, parece que as experiências no Brasil apontam outras respostas. Certamente, é imperioso que a análise sobre os museus no Brasil, como sugere Camilla Campos (Campos, 2023, s. p.), considere a complexidade desse universo, o que implica olharmos para a “estrutura pública de governança do Estado e seu financiamento misto”. A autora reforça que não podemos analisar esse contexto sem esquecer de “nossas heranças de coletividade [...], sem discutir o mito da democracia racial [...], sem emparelhar as cosmogonias indígenas e afrodescendentes às canônicas leituras de mundo do Ocidente ou do Norte global”.

Posto isso, nesta última seção destacamos aspectos importantes que surgiram durante as entrevistas e que podem servir como sugestões ou dicas para nosso fazer/aprender/sentir no porvir de encontros dialógicos com os indígenas:

1. Compromisso dos museus com as comunidades indígenas: responsabilidade dos museus em relação às coleções que possuem, o que enfatiza a importância do trabalho colaborativo com as comunidades indígenas;

2. Diálogo intercultural: fundamental estabelecer um diálogo cultural genuíno, que vá além do simples compartilhamento de informações. Esse diálogo deve ser potente e respeitoso, permitindo que as comunidades indígenas expressem suas próprias narrativas e perspectivas;

3. Reconhecimento da diversidade: as comunidades indígenas não são homogêneas, existem tensões internas e diferentes interesses. O trabalho deve ser adaptado às especificidades de cada grupo e às suas dinâmicas sociais internas;

4. Participação ativa: as comunidades indígenas devem ser convidadas a participar ativamente na construção de suas histórias e na gestão de seu patrimônio. Isso implica respeito pela autonomia e pelas decisões das comunidades sobre como desejam ser representadas. Os indígenas devem ser convidados a participar de todos os processos, desde a concepção até a execução. Isso inclui ouvir suas demandas, expectativas e insatisfações, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas;

5. Complexidade das relações: as relações entre museus e comunidades indígenas podem envolver jogos de poder e diferentes expectativas. É essencial ter certo distanciamento e cuidado ao lidar com essas dinâmicas;

6. Educação e formação: o trabalho com povos indígenas deve incluir a formação e a capacitação das comunidades e de todas as pessoas envolvidas no processo, permitindo que os indígenas transmitam seus conhecimentos e práticas culturais e aprendam sobre o mundo dos museus;

7. Respeito pela cultura e espiritualidade: é imprescindível ter um profundo respeito pelas tradições e pela espiritualidade dos povos indígenas. Muitas práticas e conhecimentos são sagrados e não devem ser divulgados sem o consentimento da comunidade;

8. Construção de relações de confiança: a confiança é um elemento central em qualquer colaboração. Isso se constrói ao longo do tempo, através de interações sinceras e respeitadas. É importante que as relações não sejam baseadas em interesses temporários, mas, sim, em um compromisso genuíno;

9. Equilíbrio de poder: deve-se buscar um equilíbrio nas dinâmicas de poder, evitando relações paternalistas. Os indígenas devem ter a oportunidade de serem protagonistas de suas próprias histórias e decisões, e não apenas informantes para os pesquisadores;

10. Sensibilidade às dinâmicas internas: cada grupo indígena tem suas próprias dinâmicas e particularidades. É essencial entender essas nuances, respeitar as diferenças entre os grupos, bem como suas histórias e experiências e sua decisão por participar ou não.

Museus são territórios disputados, nunca foram lugares neutros. Paulatinamente, tornaram-se territórios de atuação política para os indígenas, para discutir questões de identidade e rever formas de representação. Essa mudança de perspectiva é fundamental para o desenvolvimento de um trabalho colaborativo mais significativo e respeitoso.

Por fim, com base nos casos analisados e, sobretudo nas entrevistas, poderíamos dizer que a museologia colaborativa ou compartilhada não deve ser uma imposição de ideias de um lado (da academia ou do museu) sobre o outro (os indígenas), mas um esforço conjunto de valorização das vozes e das experiências indígenas. Isso implica que os projetos devem ser concebidos em conjunto, respeitando os saberes e as tradições indígenas em vez de serem preconcebidos por acadêmicos ou instituições. Não há receita, e cada caso é único.

Estamos diante de um trabalho lento, difícil e complexo que muito tem a ensinar.

Referências

- ABREU, Regina. Tal antropologia, qual museu? *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario de Souza (org.). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond; Ministério da Cultura/IPHAN/DEMU, 2007. p. 138-178.
- ATHIAS, Renato. Museus, objetos etnográficos e pesquisa antropológica: um debate atual. *Revista Antropológicas*, v. 19, p. 231-250, 2015.
- ATHIAS, Renato. A resignificação de um acervo com crescente colaboração dos povos indígenas. *In*: CAVANI, Juliana; LODY, Raul; MARQUES, Maria Eduarda. *Tempo tribio: Museu do Estado de Pernambuco 1930-2020*. Recife: CEPE, 2022. p. 111-127. Disponível em: https://www.academia.edu/51165005/a_reassignifica%C3%87%C3%83o_de_um_acervo_com_crescente_colabora%C3%87%C3%83o_dos_povos_ind%C3%8Dgenas. Acesso em: 24 out. 2024.
- ATHIAS, Renato. Les objets ethnographiques et les musées amérindiens: notes d'un chercheur sur le terrain. *Cultures-Kairós*, v. 12, p. 15-22, 2024.
- BALLESTRINI, Luciana. América e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 11, p. 87-117, 2013.
- BELTRÃO, Jane Felipe. Coleções etnográficas: chaves de muitas histórias. *In*: SEMINÁRIO DISCENTE DO MESTRADO EM GESTÃO DO PATRIMÔNIO DO INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA (IGPA/UCG), 2003. *Anais [...]*. Goiânia: IGPA, 2003.
- BOLAÑOS, Maria. *La memoria del mundo: cien años de museología [1900-2000]*. Gijón: Trea, 2002.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Política nacional de museus*. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2003.
- BRULON, Bruno. A invenção do ecomuseu: o caso do Écomusée du Creusot Montceau-les-Mines e a prática da museologia experimental. *Mana*, v. 21, n. 2, p. 276-295, 2015.
- CAMPOS, Camilla Rocha. Orelha. *In*: VERGÈS, Françoise. *Decolonizar o museu: programa de desordem absoluta*. São Paulo: Ubu, 2023.
- CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Resenha. *Revista Campos*, v. 22, p. 318-322, 2021. Resenha da obra de: PORTO, N.; LIMA FILHO, M. (org.). *Coleções étnicas e museologia compartilhada*. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2019.
- CASTILLA, Américo. Museos? Para qué?. *In*: CERVELLERA, Angela et al. *Acciones y exhibiciones para descolonizar las narrativas de tu museo*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Wikimedia Argentina; Fundación TyPA, 2024.
- CLIFFORD, James. Museus como zonas de contato. *Periódico Permanente*, São Paulo, n. 6, fev. 2016.
- COELHO, Matheus Camilo. *Objetos entre contextos e significados: as coleções do Museu Paraense Emílio Goeldi entre 1894 e 1905*. 2021. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.
- COLEÇÃO VIRTUAL CARLOS ESTEVÃO. Disponível em: <https://acervos.ufpe.br/carlosestevao/>. Acesso em: 24 out. 2024.
- CURY, Marília Xavier. Museus em conexões: reflexões sobre uma proposta de exposição.

- Revista IBICT*, Brasília, v. 42, n. 3, p. 471-484, set./dez. 2013.
- CURY, Marília Xavier. Museologia e conhecimento museológico: uma museologia dentre muitas. *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 3, n. 5, p. 55-73, 2014.
- CURY, Marília Xavier. *Direitos indígenas no museu: novos procedimentos para uma nova política – a gestão de acervos em discussão*. São Paulo: Brodowski: MAE/USP, 2016a.
- CURY, Marília Xavier (org.). *Museus e indígenas: saberes e ética – novos paradigmas em debate*. São Paulo: Brodowski: MAE/USP, 2016b.
- CURY, Marília Xavier. Relações (possíveis) museus e indígenas – em discussão uma circunstância museal. In: LIMA FILHO, Manuel; ABREU, Regina; ATHIAS, Renato. *Museus e atores sociais: perspectivas antropológicas*. Recife: Editora UFPE, 2016c. p. 149-170.
- CURY, Marília Xavier. Repatriamento e remanescentes humanos: musealia, musealidade e musealização de objetos indígenas. *Em Questão*, v. 26, p. 14-42, 2020.
- CURY, Marília Xavier. O protagonismo indígena e museu: abordagens e metodologias. *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 10, p. 14-21, 2021.
- CURY, Marília Xavier. Patrimônio Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena (SP): comusealização, coensino, copesquisa e a construção de discursos museológicos na universidade. *Interfaces: Revista de Extensão da UFMG*, v. 10, p. 471-480, 2022a.
- CURY, Marília Xavier. Povos indígenas e museus: políticas públicas e a gestão compartilhada. In: CAVIGNAC, Julie; ABREU, Regina; VASSALLI, Simone (org.). *Patrimônios e museus: inventando futuros*. Brasília: ABA Publicações; Natal: EDUFRRN, 2022b. p. 340-376.
- CURY, Marília Xavier. Narrativas museográficas e autorrepresentação indígena: a museologia colaborativa em construção. *Revista de Antropologia del Museo de Entre Ríos*, v. 7, p. 73-82, 2023.
- CURY, Marília Xavier; NORONHA, Elisa; MARTINS, Patrícia Roque. Repensar o museu e a museologia a partir da prática colaborativa com os povos indígenas: entrevista com Marília Xavier Cury. *MIDAS: Museus e Estudos Interdisciplinares*, v. 18, p. 1-16, 2024.
- DARELLA, Maria Dorothea Post; ZEA, Eufrásia Maria Silva; MACHADO, João Sérgio (org.). *Ações e saberes Guarani, Kaingang e Laklãnõ-Xokleng em foco: pesquisas da licenciatura intercultural indígena do sul da mata atlântica – Kaingang*. Florianópolis: Edições do Bosque UFSC, 2020. v. 1.
- DORTA, Sonia. Coleções etnográficas: 1650-1955. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 501-526.
- EWBANK, Cristina; LIMA FILHO, Manuel. Por detrás de uma coleção do Museu Nacional: vozes, silêncios e desafios. *MIDAS: Museus e Estudos Interdisciplinares*, v. 8, p. 1-18, 2017.
- FABIAN, Johannes. Colecionando pensamentos: sobre os atos de colecionar. *Mana*, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 16, n. 1, p. 73-102, 2010.
- FABIAN, Johannes. *O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- GOMES, Alexandre Oliveira. Resumo. In: *Museus indígenas, mobilizações étnicas e cos-*

- mopolíticas da memória: um estudo antropológico*. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Guia dos museus brasileiros*. Brasília: IBRAM, 2011.
- INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. *Código de deontología del ICOM para museos*. Paris: ICOM, 2006.
- LIMA FILHO, Manuel. Cidadania patrimonial. *Revista Antropológicas*, v. 26, p. 134-155, 2015.
- LIMA FILHO, Manuel; ATHIAS, Renato. Dos museus etnográficos às etnografias dos museus: o lugar da antropologia na contemporaneidade. In: RIAL, Carmen; SCHWADE, Elisete (org.). *Diálogos antropológicos contemporâneos*. Rio de Janeiro: ABA, 2016. p. 71-83.
- LIMA FILHO, Manuel. Coleção William Lipkind do Museu Nacional: trilhas antropológicas Brasil–Estados Unidos. *Mana*, v. 23, p. 473-509, 2017.
- LIMA FILHO, Manuel. A restituição de objetos e coleções aos povos indígenas brasileiros. *Anuário Antropológico*, v. 48, p. 219-227, 2023.
- MARTINS, Dilamar Cândida. *Plano museológico*. Goiânia: Museu Antropológico: Universidade Federal de Goiás, 2017.
- MENDEZ-LUGO, Raul A. *Breve história do surgimento e desenvolvimento da nova museologia no México e Nayarit*. 2022. Disponível em: <https://ecomuseus.wordpress.com/processos-de-gestao-museologica-participada/bibliografia-sobre-ecomuseus-e-museologia-social/breve-historia-do-surgimento-e-desenvolvimento-da-nova-museologia-no-mexico-e-nayarit/>.
- MIGNOLO, Walter. Descolonialidad y museos. In: CERVELLERA, Angela et al. *Acciones y exhibiciones para descolonizar las narrativas de tu museo*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Wikimedia Argentina: Fundación TyPA, 2024.
- PORTO, Nuno; LIMA FILHO, Manuel (org.). *Coleções étnicas e museologia compartilhada*. Goiânia: Imprensa Universitária, 2019.
- PRICE, Sally. Higienização da cultura, poder e produção de exposições museológicas. In: LIMA FILHO, Manuel; ABREU, Regina; ATHIAS, Renato. *Museus e atores sociais: perspectivas antropológicas*. Recife: Editora UFPE, 2016. p. 273-283.
- RIVIÈRE, Georges Henri. *La museología: textos y testimonios*. Madrid: Ediciones Akal, 2009.
- ROCA, Andrea. Acerca dos processos de indigenização dos museus: uma análise comparativa. *Mana*, v. 21, n. 1, p. 123-155, 2015.
- RODRIGUES, Léo. Museus dos povos indígenas: reportagem com Fernanda Kaingang. *Agência Brasil*, 21 jul. 2024.
- RUSSI, Adriana. *Nas fronteiras dos museus: processos museológicos compartilhados com povos indígenas em museus de antropologia e etnologia no Brasil*. Relatório (Pós-Doutorado) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- RUSSI, Adriana. Nas fronteiras dos museus: processos museológicos colaborativos com povos indígenas em museus com acervos etnográficos no Brasil. *Hawò*, Goiânia, v. 3, 2023.
- RUSSI, Adriana; ABREU, Regina. Museologia colaborativa: diferentes processos nas relações entre antropólogos, coleções etnográficas

ficas e povos indígenas. *Horizontes Antropológicos*, n. 53, p. 17-46, 2019.

RUSSI, Adriana; SANTOS, Gabriela Alves dos. *Levantamento preliminar de experiências de museologia compartilhada com povos indígenas em museus de antropologia e etnografia no Brasil*. Relatório (Iniciação Científica) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

SOARES, Bruno Brulon. *Descolonizando a Museologia*. ICOM/ICOFOM, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Bruno-Brulon-Soares/publication/350442502_Decolonising_Museology_vol_1/links/605f9e17458515e83476db3a/Decolonising-Museology-vol-1.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

VELTHEM, Lucia Hussak van. O objeto etnográfico é irreduzível? Pistas sobre novos sentidos e análises. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Ciências Humanas*, v. 7, p. 51-66, 2012.

VELTHEM, Lucia Hussak van; BENCHIMOL, Alegria. Museus, coleções, exposições e povos indígenas. *Em Questão*, v. 24, p. 468-484, 2018.

VELTHEM, Lucia Hussak van; KUKAWKA, Katia; JOANNY, Lydie. Museus, coleções etnográficas e a busca do diálogo intercultural. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Ciências Humanas*, v. 12, p. 101-114, 2017.

VERGÈS, Françoise. *Decolonizar o museu: programa de desordem absoluta*. São Paulo: Ubu, 2023.

ZEA, Eufrásia Maria Silva; MACHADO, João Sérgio; HANAZAKI, Nelson; KAINGANG, João Daniel; DARELLA, Maria Dorothea Post (org.). *Culturas e memórias: Kuri'y Zág Fág*. Florianópolis: Edições do Bosque UFSC, 2021. v. 2.

Adriana Russi | Tem pós-doutorado em Museologia pela Universidade de São Paulo (Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE/USP), doutora em Memória Social (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio) e mestra em Antropologia. Docente da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio. Coordenou o projeto Etnoeducação em Oriximiná (PA). Junto com outros(as) pesquisadores(as), lidera o Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil. Informações em: <https://colecoesetnograficas.uff.br/> | E-mail: adri.russitm@gmail.com | Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0738-1558> | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1281543395333211>.

<< Voltar ao início